

## Como a Alemanha domina a Europa

12 de Outubro, 2015 - 00:19h

[Vicenç Navarro](#) <sup>[1]</sup>

O ministro alemão das Finanças, Wolfgang Schäuble, não queria resolver a crise. Queria utilizá-la para impor aos países periféricos as mudanças que o governo alemão desejava que fizessem e que solidificariam o poder central e hegemónico que a Alemanha tinha na Zona Euro. Artigo de Vicenç Navarro.

O sr. Timothy Geithner, secretário do Tesouro (equivalente ao ministro das Finanças) do governo federal dos Estados Unidos da América durante o mandato do Presidente Obama, escreveu recentemente nas suas memórias que lhe surpreendeu a atitude manifestada pelo Sr. Wolfgang Schäuble, ministro das Finanças do governo alemão (presidido pela chanceler Angela Merkel), em relação ao governo grego nas negociações que então decorriam (em 2010) sobre a raiz do problema criado pela dívida pública que o Estado grego tinha acumulado, e que considerava de difícil resolução dada a incapacidade do governo em pagar aos seus credores.

A inquietude que esta situação estava a criar nos centros nevrálgicos do capitalismo mundial, dada a instabilidade financeira que tal situação podia gerar, explica que o tema da 'dívida grega' fosse incluído na agenda do grupo G-7, do qual fazem parte os Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá.

Grande parte desta dívida grega procedia, como muito acertadamente havia descrito o Wall Street Journal num artigo de 10 de julho desse ano, 2010, ('The Submarine Deals That Helped Sink Greece?'), dos enormes investimentos em equipamento militar feitos pelo governo grego.

Dizia o citado jornal que a 'Grécia, com uma população de 11 milhões de habitantes, era o maior importador de equipamento militar convencional' e o quinto a nível mundial, depois de China, Índia, Emirados Árabes Unidos e Coreia do Sul. Os seus gastos militares em percentagem do PIB eram os mais altos da Europa? E era este gasto uma das maiores causas da elevadíssima dívida pública?. A Alemanha era um dos maiores fornecedores de armamento da Grécia, que pagava este armamento com empréstimos da banca alemã, facto que gerou o enorme crescimento da sua dívida pública. A Alemanha, por sua vez, era uma das maiores beneficiárias daquela situação.

Todavia, a reunião dos ministros das Finanças do G-7 não incluiu uma discussão sobre a dívida grega, mas um debate sobre como resolver a crise financeira que podia surgir devido à insolvência do Estado grego e a sua incapacidade em pagar a sua dívida. Esse debate centrou-se em duas posturas. Uma, a defendida pelo próprio Timothy Geithner, que defendia

que o Banco Central Europeu interviesse, comprando ? como faz o Banco Central dos Estados Unidos da América, o *Federal Reserve Board*, - dívida pública. Propunha assim que o Banco Central Europeu fosse o credor de última instância nos casos em que os Estados não conseguissem encontrar empréstimos no mercado financeiro. Segundo Geithner, era a maneira mais fácil para prevenir as crises financeiras.

No entanto, a sua surpresa foi ver que o ministro alemão não queria nem considerar esta alternativa, pois não queria resolver a crise. O que queria era utilizá-la para impor aos países periféricos, como a Grécia, as mudanças que o governo alemão desejava que fizessem e que solidificariam o poder central e hegemónico que a Alemanha tinha na Zona Euro. Como afirmou o ministro alemão, o Sr. Schäuble, ?a crise não era uma ameaça, mas uma oportunidade?, uma oportunidade para disciplinar os países da Zona Euro (e em especial os que, como Grécia e Espanha ? segundo Schäuble -, ?tinham sido muito pouco disciplinados, gastando acima das suas possibilidades?).

Daí se deduzia o seu ênfase na austeridade (exigindo-lhes um deficit público zero ? através do Tratado Orçamental ? que praticamente proíbe os países de terem deficit público) e nas reformas estruturais (que constituem sobretudo as reformas laborais destinadas a reduzir os salários).

Estas reformas impostas pelo ministro alemão eram, na realidade, um ataque frontal às classes trabalhadoras (incluindo a alemã) dos países da Zona Euro. A redução dos salários (através das reformas laborais) e da proteção social (através dos cortes) eram os elementos chave de tais políticas, que eram nem mais nem menos que a velha luta de classes a nível continental, em que o mundo do capital (hegemonizado pelo capital financeiro) impunha os seus interesses perante o mundo do trabalho. E tal ataque justificou-se na necessidade de aumentar a competitividade, tendo a Alemanha como modelo a seguir. As famosas reformas Hartz levadas a cabo pelo chanceler social-democrata Schröder, e prosseguidas pelos governos Merkel, eram parte deste ataque e deterioraram muitíssimo as condições do mercado de trabalho alemão, condição para o seu êxito como país exportador.

## **A banca alemã como eixo do poder alemão**

A banca alemã, cujo porta-voz era e é, na prática, o Sr. Schäuble, o ministro das Finanças do governo Merkel, é o maior proponente desta estratégia, proposta pelo capital financeiro aliado com o capital produtivo exportador (este é o setor empresarial, muito centrado na manufatura de material de alto valor acrescentado (que significa tecnologia avançada) para o qual o ex-chanceler alemão, o Sr. Schröder, agora trabalha como empregado). O ideólogo da banca alemã é o Sr. Josef Ackermann, o Presidente do Deutsche Bank, (apresentado no ano 2011 pelo *New York Times* ?como o banqueiro mais poderoso (e perigoso) da Europa?. O Sr. Ackermann é muito próximo da Sra. Angela Merkel e do Sr. Jean-Claude Trichet, que era então Presidente do Banco Central Europeu.

Tal banqueiro disse claramente, num discurso no Conselho Atlântico, que o governo alemão sabia muito bem como resolver a crise (que era a proposta sugerida pelo Sr. Geithner), mas que não queria resolvê-la, pois o que era mais necessário agora era pressionar os países para que aceitassem o que o governo alemão estava a propor? (citado no artigo de Andrew Gavin Marshall, "Between Berlin and a Hard Place", Z-Magazine, set. 2015, do qual extraio vários dados para este artigo), sublinhando que isso era necessário para que a Europa pudesse ser competitiva, sendo a Alemanha quem definia o significado de competitividade.

A Grécia era um claro exemplo do que Ackermann dizia ser necessário para a Europa. Daí que adquiria uma simbologia especial. Havia que penalizar a Grécia por ter seguido uma linha oposta à que a Alemanha tinha imposto. Até aqui o discurso oficial do pensamento dominante na Alemanha. Contudo, uma análise do que aconteceu na Grécia demonstra que as políticas impostas àquele país têm muito pouco que ver com o desejo de que a Grécia aumente a sua competitividade, e muito com a defesa dos interesses alemães. Como sempre, os discursos económicos da estrutura do poder utilizam-se para ocultar realidades políticas.

## **Quais foram as causas dos resgates à Grécia?**

A dívida grega no ano 2010 era possuída pelos bancos alemães (68.000 milhões), franceses (43.000 milhões), italianos (38.000 milhões) e espanhóis (25.000 milhões). O primeiro resgate à Grécia foi, na realidade, para resgatar estes bancos, como reconheceu um antigo Presidente do Banco Central Alemão, o Sr. Karl Otto Pöhl, que afirmou que "o resgate à Grécia era na realidade um resgate aos bancos, e em especial aos bancos alemães e francês? (também podia ter acrescentado os bancos italianos e os espanhóis).

O segundo resgate à Grécia foi para que o Estado grego pudesse pagar os juros da dívida pública aos seus credores: a troika e os Estados que haviam comprado dívida pública aos bancos privados no primeiro resgate. Só uma minoria de todo o dinheiro transferido para a Grécia nestes resgates (desde o primeiro resgate em 2010) foi para ajudar a Grécia. Os 90% foram para beneficiar instituições financeiras. Como consequência, a dívida pública passou de 130% a 177% do PIB. O desemprego aumentou 27%. Mais de 40% das crianças passaram a viver na pobreza. Desde 2008, a Grécia cortou 40% no seu orçamento de Estado, criando uma crise humanitária sem precedentes.

Estes dados mostram a realidade existente por detrás do discurso económico promovido pelo governo alemão, utilizando a necessidade de aumentar a competitividade e eficiência económica como desculpa para levar a cabo a luta para otimizar os seus interesses, luta que está a ganhar diariamente. Hoje, as classes dominantes, bem representadas pelo governo alemão da Sra. Merkel, pelo governo espanhol do Sr. Rajoy e pelo governo catalão do Sr. Mas, estão a levar a cabo políticas de austeridade que estão a mascarar, com uma linguagem económica, com o que é nem mais nem menos a defesa descarada dos interesses económicos e financeiros que representam, descaradamente.

*Tradução de Fabian Figueiredo para esquerda.net*

*Artigo publicado em [Publico.es](http://Publico.es) [2]*

Artigos relacionados:

[Éric Toussaint: Cada vez mais Bancocracia](#) [3] [Estados Unidos: Uma democracia dos ricos para os ricos](#)

[4]

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

---

**URL de origem:** <http://www.esquerda.net/artigo/como-alemanha-domina-europa/39106>

**Ligações:**

[1] <http://www.esquerda.net/autor/vicen%C3%A7-navarro>

[2] <http://blogs.publico.es/vicenc-navarro/2015/10/05/como-alemania-domina-europa/>

[3] <http://www.esquerda.net/artigo/eric-toussaint-cada-vez-mais-bancocracia/39009>

[4] <http://www.esquerda.net/artigo/estados-unidos-uma-democracia-dos-ricos-para-os-ricos/38996>